

CONFERÊNCIA NA ACADEMIA DO REINO DO MARROCOS

A América Latina e o horizonte da globalização:
Percurso de navegantes ou de náufragos?

PROFERIDA PELO SENADOR
FERNANDO COLLOR

22 DE NOVEMBRO DE 2017

SENADO FEDERAL



República Federativa do Brasil

CONFERÊNCIA NA ACADEMIA DO REINO DE MARROCOS

Senador FERNANDO COLLOR

Rabat, 22 de novembro de 2017

A AMÉRICA LATINA E O HORIZONTE DA GLOBALIZAÇÃO

Percurso de Navegantes ou de Náufragos?

Minhas Senhoras e meus Senhores,

1. Agradecimentos iniciais

Inicialmente, eu gostaria de agradecer a Academia do Reino, na pessoa de seu Secretário Perpétuo, Senhor Abdeljalil Lahjomri, pelo convite que me fez para proferir esta conferência. Sinto-me honrado de participar das atividades desta prestigiosa instituição, cujo trabalho é realizado sob o alto patrocínio de Sua Majestade o Rei Mohammed VI. Minha participação se dá com mais entusiasmo ainda porque a Academia escolheu para estudar, durante sua sessão de 2018, uma temática latino-americana, o que demonstra o interesse que há no Marrocos em fortalecer as relações entre nossos países e nossos povos. Estejam certos que esse interesse é recíproco e que brasileiros e latino-americanos estão plenamente conscientes da importância de ter o Marrocos – com sua riqueza de cultura, de história, seu entrelaçamento de uma pluralidade de influências e de inspirações – dentro do nosso “horizonte de pensamento”, como dito no enunciado do tema que os senhores determinaram para 2018. Iniciativas como essa contribuem de maneira significativa para um melhor conhecimento mútuo entre nossos países. É um prazer para mim participar dessa iniciativa, motivo pelo qual agradeço-lhes muito.

2. O Continente América Latina: um Raio X

A expressão "América Latina" foi utilizada pela primeira vez em 1856 pelo filósofo chileno Francisco Bilbao e, no mesmo ano, pelo escritor colombiano José María Torres Caicedo, para designar a região do continente americano que engloba os países onde são faladas, primordialmente, línguas latinas — no caso, o espanhol, o português e o francês. Nos Estados Unidos, o termo América Latina só foi usado a partir do início do século XX. Ao final da

Segunda Guerra Mundial, a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) consolidou o uso da expressão. Atualmente, a América Latina abriga 21 países, uma população total de aproximadamente 600 milhões de habitantes (correspondente aos sete países mais populosos da África¹), responde por algo próximo a 8% do PIB mundial e ocupa uma área continental de 19 milhões e 200 mil quilômetros quadrados (o que corresponde à área dos 14 maiores países africanos²)

Colonizada sobretudo por espanhóis e portugueses, a partir da expansão mercantilista dos séculos XV e XVI, a América Latina era vista exclusivamente como fornecedora de ouro, prata e produtos agrícolas valorizados no mercado europeu, como o açúcar, por exemplo. Suas relações comerciais com a metrópole regiam-se na base do chamado Pacto Colonial, que impunha a exclusividade do comércio da colônia com a metrópole. Esse processo de colonização legou à América Latina marcas que ainda hoje permanecem e que contribuem para o relativo atraso da região: 1. Excesso de burocracia e corrupção; 2. Exploração predatória; 3. Abismo social entre a minoria privilegiada e a grande massa da população e 4. Investimento tardio em educação e tecnologia, já que tudo era centrado na metrópole.

O processo colonial avançou até o início do século XIX, quando começou a dar sinais de esgotamento ante o avanço do capitalismo industrial inglês, que ansiava por novos mercados. No período entre 1810 e 1824, inspirados nos ideais libertários da Revolução Francesa e na recente independência dos Estados Unidos da América (1776), os países da região lançam-se também num processo de busca pela independência. Assim, após os movimentos de 1810 e 1811 em diversas colônias, em 1814 o México se torna independente da Espanha; em 1816 a Argentina segue o mesmo exemplo, e em 1822 o Brasil se torna independente de Portugal. Contudo, esse foi um movimento conduzido pelas elites *criollas* – os descendentes de espanhóis nascidos na América –, que visava apenas uma rearticulação com o mercado europeu, em novas bases. Por isso, não houve uma mudança substancial do ponto de vista econômico e social, pois a América Latina continuava dependente da Europa, e governada pelas mesmas elites de outrora.

Quero aqui destacar o papel proeminente de três emblemáticas figuras desse período de independência, conhecidos como os ‘Libertadores’, burgueses descendentes de europeus, influenciados pelo Liberalismo e, na maioria dos casos, com formação militar na metrópole.

¹ Nigéria, Etiópia, Egito, Congo, Tanzânia, África do Sul e Quênia.

² Argélia, Congo, Sudão, Líbia, Chade, Níger, Angola, Mali, África do Sul, Etiópia, Mauritânia, Egito, Tanzânia e Nigéria.

Começo por Simon Bolívar, idealista libertário que sonhava unir toda a América Latina em um único país. Bolívar era obcecado pela liberdade. Repetia sempre que *“a anarquia e a tirania formam um imenso oceano de opressão que rodeia uma pequena ilha de liberdade”*. Ele desempenhou papel fundamental no processo de independência da região, animado pelas ideias de Rousseau e Montesquieu. Sua primeira participação no movimento de independência se deu em 1812, quando, sucedendo a Miranda, tentou promover a independência da Venezuela, mas fracassou e foi obrigado a exilar-se na Jamaica, em 1815. Posteriormente, com a ajuda inglesa, conseguiu formar um novo exército e, partindo da foz do rio Orinoco, atravessou os Andes e libertou, primeiramente, Nova Granada, que deu origem à Colômbia, em 1819. Logo em seguida, Bolívar tomou Caracas e libertou definitivamente a Venezuela, em 1821.

Enquanto isso, na outra ponta da América do Sul, José de San Martín conseguiu unir os divididos argentinos e tornou-se o sucessor de Belgrano. Buenos Aires e as cidades do interior superaram, momentaneamente, suas desconfianças e a independência nacional pôde finalmente ser formalizada no Congresso de Tucumán, em 1816. Em seguida, em 1817 e cruzando os Andes, San Martín entrou no Chile, e unindo-se à luta de Bernardo O’Higgins, derrotou os espanhóis em Maypu, conseguindo libertar definitivamente o país em 1818.

Graças à frota inglesa de Lord Cochrane, San Martín evitou o deserto de Atacama e entrou no Peru. O vice-rei fugiu de Lima e mais um país se tornou independente, em 1821. Simultaneamente, Simon Bolívar marchava para o sul e, no mesmo ano, incorporava o Equador à Colômbia.

Destaco ainda a atuação de Antonio Jose Sucre que redigiu o Armistício de Trujillo, firmado entre a Colômbia e Espanha em novembro de 1820, que se constitui num marco do direito internacional porque foi o primeiro documento a estabelecer o trato humanitário que os vencedores de uma guerra deveriam dar aos vencidos. Contudo, a importância de Sucre vai mais além, pois ele foi o grande comandante militar que conduziu aos processos de independência do Equador, do Peru e da Bolívia, país que presidiu entre 1825 e 1828.

No Brasil, a independência em relação a Portugal foi proclamada por Dom Pedro I em 1822. Diferentemente do que ocorreu com as colônias espanholas, o fato nos herdou o único caso do continente latino-americano de implantação de uma monarquia parlamentarista. A República no Brasil, com o sistema presidencialista até hoje em vigor, foi proclamada pelo Marechal Deodoro da Fonseca 67 anos depois da independência, em 15 de novembro de 1889.

Como uma grave advertência às tentativas de recolonização promovidas pela Santa Aliança³ (1815), surgiu a chamada Doutrina Monroe, proferida pelo presidente dos Estados Unidos, James Monroe, no dia 02 de dezembro de 1823, no Congresso norte-americano. Disse ele: *“Julgamos propícia esta ocasião para afirmar, como um princípio que afeta os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e conservam, não podem mais ser considerados, no futuro, como suscetíveis de colonização por nenhuma potência europeia”*. Ou seja, “a América para os americanos”! Essa Doutrina embasaria, mais tarde, outros movimentos internacionais importantes no continente, como a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, e a assinatura, em 1947, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

Logo após a independência, a unidade do continente não se manteve, uma consequência da velha política inglesa de dividir para reinar e das condições propícias à fragmentação que já preexistiam na América espanhola. Não existia uma fração hegemônica da oligarquia capaz de viabilizar a aglutinação política em torno de um único centro de poder. No Brasil, ao contrário, com a chegada das Cortes portuguesas ao Rio de Janeiro, em 1808, fugindo da perseguição de Napoleão Bonaparte, criou-se um efetivo centro de poder, o que facilitou a manutenção da unidade nacional.

Importante registro dessa época foi a Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870. Considerada até hoje o maior conflito armado do continente, a guerra foi travada entre a chamada Tríplice Aliança, composta por Brasil, Argentina e Uruguai, contra a pretensão expansionista de Solano López, então presidente do Paraguai. Desde então, não houve mais nenhum conflito naquela região, que vive em paz há quase 150 anos.

Ainda no século XIX, ocorre então uma progressiva militarização das instituições, como resultado direto da importância da luta armada no processo de independência, levando a uma tendência à solução violenta dos impasses políticos que, mais tarde, seria a origem de inúmeros golpes de estado que acometeram a região. Surgem os caudilhos – líderes populistas, carismáticos e autoritários – como expressão do vazio institucional, que expressavam diferentes setores da elite, em diferentes tempos. Os recém-formados estados nacionais passam a representar uma tentativa de inserção no capitalismo internacional, o que levou a iniciativas modernizantes (portos, ferrovias, frigoríficos, estradas) e à construção de um aparato político de natureza liberal.

³ Assinaram o tratado Rússia, Prússia e Áustria.

Os governos oligárquicos, cuja base de poder era agroexportadora, tiveram sua existência contestada a partir da grande Crise de 1929, que impacta profundamente os países latino-americanos. Estes se veem impossibilitados de exportar seus produtos no mesmo volume para os países centrais, em razão da crise, o que forçou a revisão do seu modelo econômico, passando a contemplar a industrialização. Esse processo acelerou a crise do estado oligárquico, que já vinha em curso há algum tempo.

No México, Porfírio Diaz governou de 1876 a 1910, e representou o apogeu da fase oligárquica e a definitiva inserção do país no contexto capitalista ocidental. Foi derrubado pela Revolução, que foi sobretudo agrária e uma reação à excessiva penetração do capital estrangeiro na economia. Apesar do radicalismo inicial de alguns integrantes do movimento revolucionário, como Zapata e Pancho Villa, coube a Carranza assegurar a vitória das classes proprietárias contra a radicalização das massas populares, em 1917.

Na Argentina, em 1930, com o golpe que depôs o Presidente Irigoyen, sucedido por José Feliz Uriburu, inicia-se uma série de retrocessos sociais, como a abolição do salário mínimo e o fechamento de sindicatos. Com a subida ao poder do Grupo de Oficiais Unidos, do qual fazia parte Juan Domingo Perón, os direitos trabalhistas foram reimplantados, o que fez com que Perón fosse eleito presidente em 1946, ficando no poder até 1955, quando foi deposto por um golpe de estado.

No Brasil, 1930 dá início à chamada Era Vargas, que dura até 1945. Nesse período, acontece um grande impulso das indústrias de base, levado a cabo pelo Presidente Getúlio Vargas, que também implanta inúmeros direitos trabalhistas, mas conduz o país com mão de ferro, num governo autoritário conhecido como Estado Novo. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, Vargas deixa o poder e dá-se o início da redemocratização no Brasil. Saliente-se que, em 1950, Getúlio Vargas volta à presidência, desta vez eleito pelo voto popular.

Em Cuba tivemos um processo *sui generis*. A emancipação tardia fez com que sua evolução histórica fosse atropelada e o país não passasse por aquele estágio intermediário de dominação de uma oligarquia *criolla*, entre a emancipação e a entrada do capital monopolista. Pelo contrário, o capital monopolista foi que patrocinou a emancipação. A base de sua economia eram os enclaves açucareiros, cuja produção representou cerca de 54% das exportações em 1908, percentual que subiu para 88,6% em 1918. Contudo, a partir de 1925, com a queda dos preços do açúcar no mercado externo, como resultado direto da recuperação da produção europeia de beterraba, Cuba entrou numa crise aguda, agravada com a Grande Depressão de 1929. Isso

aumentou a agitação popular e levou a sucessivos golpes militares até que, em 1952, Fulgêncio Batista derruba Pio Socarrás e instala um governo ditatorial, que aprofundou a miséria e a dominação estrangeira, terreno fértil para a Revolução que seria liderada por Fidel Castro, em 1959.

O processo revolucionário cubano teve início em 1955, quando Fidel Castro e seu irmão Raúl, exilados no México, organizaram o Movimento 26 de Julho, ao qual se juntou o médico revolucionário argentino Ernesto *Che* Guevara. Em dezembro de 1956, um grupo com 82 homens embarcou no iate *Granma*, rumo a Cuba. Ao desembarcarem, grande parte dos rebeldes morreu no combate com as tropas de Batista, e os remanescentes fugiram para Sierra Maestra e lá iniciaram uma campanha de guerrilhas que culminou vitoriosa em 1959, quando os revolucionários entraram em Havana.

Na Venezuela, tivemos o apogeu da fase oligárquica durante o governo ditatorial de Juan Vicente Gómez (1908-1935). Após sua morte, houve uma espécie de “despotismo esclarecido”, quando sucessivos governos realizaram tentativas de modernizar o país utilizando lucros do petróleo. Esse processo foi interrompido com a implantação da ditadura de Perez Jimenez, em 1952. Com sua deposição, em 1958, e a eleição de Rómulo Betancourt, no ano seguinte, o país passou a viver uma longa fase de democracia constitucional.

Entramos então, Senhoras e Senhores, no período da Guerra Fria, que mudou o caráter da política intervencionista dos EUA na América Latina, deixando de ser uma questão doméstica e passando a ser encarada como uma defesa do mundo livre, contra o comunismo. Nesse contexto, qualquer tentativa latino-americana de limitar a exploração dos mercados e recursos naturais pelos EUA passa a ser vista como uma conspiração comunista. As oligarquias tradicionais e os militares se aliaram a essa política, razão pela qual assistimos a diversos golpes militares nos países latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970, além de intervenções diretas de Washington para derrubar governos, como nos casos da República Dominicana (1965), de Granada (1983) e do Panamá (1989). Em linhas gerais, a política dos EUA segue nesse mesmo rumo durante os governos Lyndon Johnson e Richard Nixon. Com Jimmy Carter surge uma preocupação maior com os direitos humanos e na gestão de Ronald Reagan assistimos a um acirramento do combate ao comunismo e ao fim da *détente* que vinha sendo promovida anteriormente. Do ponto de vista econômico, o governo Reagan trouxe consigo a elevação das taxas de juros e o enxugamento da liquidez mundial. Com isso, diversos países latino-americanos entraram numa profunda crise de endividamento externo.

A queda do muro de Berlim, em 1989, e o fim da União Soviética, em 1991, inauguram uma nova época nas relações internacionais, com o fim da Guerra Fria e a hegemonia político-militar dos Estados Unidos. A América Latina, obviamente, não poderia ficar imune aos efeitos dessa significativa mudança. A primeira delas foi o fim dos regimes ditatoriais que já vinha se delineando desde meados dos anos de 1980, marcados pela crise econômica e pela hiperinflação. Nesse sentido, José Sarney, no Brasil, e Raúl Alfonsín, na Argentina, após os governos militares nos dois países, tiveram o desafio de promover a transição para a democracia; já no México, Miguel de La Madrid teve no campo econômico o maior destaque de sua presidência.

Nessa época surge o chamado *Consenso de Washington*, um conjunto de recomendações econômicas elaboradas em 1989, por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, que visava a propalar a conduta econômica neoliberal com a intenção de combater as crises e misérias dos países subdesenvolvidos, sobretudo os da América Latina. Essas recomendações foram fundamentadas num texto do economista John Williamson, do Instituto Internacional de Economia, e se tornaram a política oficial do FMI na década de 1990. Nessa época, elas passaram a ser preconizadas pelo FMI para promover o "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades.

Essas teorias neoliberais tiveram diversos resultados práticos no Continente: elas aprofundaram as experiências de privatização de empresas estatais, a rápida abertura comercial e a desregulação da economia, com o objetivo de criar bons ambientes de negócio para investidores internacionais. Além desses desenvolvimentos na economia, em termos políticos, a América Latina passou a vivenciar um novo período democrático, com eleições livres e diretas em todos os níveis. Foram eleitos presidentes de seus respectivos países Carlos Menem (Argentina); Carlos Salinas de Gortari (México); Gonzalo Sanchez de Lozada (Bolívia); Alberto Fujimori (Peru) e Carlos Andrés Pérez (Venezuela). No Brasil, Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente em 1994, dando continuidade ao processo de modernização e abertura de mercados por mim iniciado, quando exerci a Presidência da República do Brasil, entre 1990 e 1992, sendo que fui o primeiro presidente eleito pelo voto popular após 21 anos de governo militar.

Ademais dessa onda de neoliberalismo e democratização, a América Latina assistiu a alguns movimentos nesse período. O primeiro foi a derrota de grupos terroristas que

assolavam a região durante as décadas de 1970 e 1980, como foi o caso do Sendero Luminoso, desmantelado durante o governo de Fujimori, no Peru, ou do Exército Zapatista de Libertação Nacional, no México (Acordo de San Andrés, 1996). E, recentemente, a Colômbia conseguiu resolver um conflito de décadas com a organização guerrilheira FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia).

É de se assinalar que, com o fim da União Soviética, os movimentos de esquerda passaram por um período de desarticulação momentânea. Foi quando surgiu a iniciativa do Foro de São Paulo, uma conferência de partidos políticos e organizações de esquerda criada a partir de um seminário promovido no Brasil, em 1990, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – a principal agremiação de esquerda do país –, para discutir alternativas às políticas neoliberais na região, e para promover a integração latino-americana no âmbito econômico, político e cultural. Essa iniciativa tornou-se permanente, e hoje reúne organizações políticas de diversos países, cujas posições políticas variam dentro de um largo espectro, que inclui partidos social-democratas, de extrema-esquerda; organizações comunitárias, sindicais e sociais; esquerda cristã, grupos étnicos e ambientalistas; organizações nacionalistas e partidos comunistas.

Por outro lado, houve um movimento rumo à integração dos mercados, com a criação do Mercado Comum do Sul, o Mercosul (Tratado de Assunção, 1991) –, entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai e do NAFTA – Tratado de Livre Comércio da América do Norte – em 1996, entre Canadá, México e Estados Unidos. Essa onda integracionista surgia como uma alternativa de inserção da região no capitalismo internacional e mais uma ferramenta para o Brasil exercer seu *soft power* (diplomacia de influência). Houve uma percepção de que essa união seria fundamental para o reposicionamento dos países da região no cenário internacional, a exemplo do que já fazia a União Europeia, iniciada em 1958, com a assinatura do Tratado de Roma.

Em 1994 foi assinado o Protocolo de Ouro Preto, instrumento que dotou o Mercosul de uma personalidade jurídica, organismos administrativos, e que estabeleceu, parcialmente, uma zona de livre-comércio e uma limitada união aduaneira a partir do primeiro dia de janeiro de 1995. Ademais, numa tentativa de contrapor-se ao movimento de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), liderada pelos Estados Unidos, o Brasil iniciou negociações com a União Europeia que acarretaram na assinatura, em dezembro de 1995, do primeiro acordo interblocos econômicos denominado de Acordo Marco Inter-Regional de Cooperação União Europeia-Mercosul.

Em linhas gerais, os anos 1990 na América Latina foram marcados pela instabilidade financeira global, com a queda dos indicadores sociais, o aumento do desemprego e a lentidão do crescimento econômico. As economias da região cresciam a taxas inferiores às dos países desenvolvidos e muito abaixo dos Tigres Asiáticos, resultando no aumento das disparidades entre a América Latina e os países desenvolvidos, o que gerou fortes pressões populares e abriu espaço para a ascensão de governos de esquerda, no início dos anos 2000.

Foi assim que, com os movimentos sociais cada vez mais fortes e as desigualdades sociais mais evidentes, ascenderam ao poder em 11 países da região presidentes com discursos de esquerda, sendo eles: Hugo Chávez (Venezuela), Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Evo Morales (Bolívia), Néstor Kirchner (Argentina), Michelle Bachelet (Chile), Fernando Lugo (Paraguai), Ollanta Humala (Peru), Tabaré Vázquez (Uruguai), Rafael Correa (Equador), Daniel Ortega (Nicarágua) e José Manuel Zelaya (Honduras). Esses governos representaram um contraponto ao neoliberalismo e pretendiam atender as amplas reivindicações sociais que se lhes apresentavam.

Apesar dos inúmeros avanços sociais, e da mudança de foco da agenda econômica, os governos de esquerda, de um modo geral, não foram capazes de fazer reformas mais profundas nas estruturas sociais. Talvez isso, em parte, explique os recentes movimentos em direção à centro-direita, que estão ocorrendo na região. Primeiro, tivemos a vitória de Maurício Macri na Argentina, em 2015, pondo fim à Era Kirchner de 12 anos de poder, sendo que as eleições legislativas do mês passado confirmaram o fortalecimento do atual governo. A situação na Venezuela, após as eleições parlamentares, a instalação da Assembleia Constituinte e as eleições de governadores, prossegue marcada por uma forte polarização e profundas divergências quanto aos aspectos institucionais, e continua a ser acompanhada com atenção e interesse por todos aqueles que, como eu, são amigos e admiradores do povo venezuelano. Na Bolívia, Evo Morales perdeu o referendo da mudança constitucional para lhe outorgar um novo mandato presidencial. No Peru, venceu o pleito de 2016 Pedro Pablo Kuczynski, de tendência centro-direita e liberal. Já no Brasil, depois de quase 13 anos dos governos do Partido dos Trabalhadores, tivemos a assunção de Michel Temer, um liberal, em 2016, em virtude do *impeachment* de Dilma Rousseff, sucessora de Luiz Inácio Lula da Silva, ambos de esquerda. No ano que vem, o Brasil realizará eleições presidenciais, legislativas (nos níveis nacional e estaduais) e para o governo das 27 unidades da Federação.

Ainda é cedo para afirmar que estamos vivendo uma nova guinada à direita. Porém, os dados indicam que os cidadãos latino-americanos, sobretudo as novas gerações,

depois de conseguirem uma maior inclusão social e um aumento da classe média, querem mais, e se tornaram muito críticos com o poder, sobretudo no que diz respeito à corrupção e por não enxergarem oportunidades no futuro. Criou-se assim um quadro que os leva às frustrações e que desemboca em manifestações hostis aos poderes constituídos. O fim da década dourada das matérias-primas também tem muito a ver com esta mudança de ciclo. As economias latino-americanas cresceram, entre 2003 e 2012, acima de 4%, segundo dados da CEPAL. Desde os anos 1960, a região não registrava um período tão intenso de crescimento econômico. Uma boa parte da popularidade destes governos assentou-se em subsídios e em programas sociais que dependiam de recursos fiscais arrecadados graças aos preços elevados das matérias-primas.

Esses anos de bonança, assim como os governos de esquerda, mudaram muitas coisas no continente. Entre 2002 e 2012, os níveis de pobreza caíram de 44% para 29%, enquanto que os de pobreza extrema diminuíram de 19,5% para 11,5%, com um aumento considerável das classes médias. Também houve um aumento notável do gasto público. E isso implicou inclusão social. Uma amostra: entre 1999 e 2011, segundo a Unesco, o nível de escolarização inicial passou de 55% para 75%.

Contudo, esse período parece ter terminado. No ano passado, a América Latina registrou um crescimento negativo do PIB pelo segundo ano consecutivo. A redução de demandas por matérias-primas é a principal causa dessa retração. Entre 2011 e 2015, a queda dos preços dos metais e da energia (petróleo, gás e carvão) foi de quase 50%, segundo a CEPAL. Só em 2015, esses mesmos produtos caíram 24%.

3. Certezas e Incertezas: a globalização e o futuro da América Latina

O século XIX foi mesmo um período de intensas e rápidas transformações. Em paralelo aos movimentos de independência, também presenciou um acelerado crescimento dos processos de modernização. Assim, em 1819, o primeiro navio a vapor a cruzar o Atlântico, o *Savannah*, viaja dos EUA à Inglaterra em 26 dias; em 1821 Michael Faraday inventa o motor elétrico; em 1825 é inaugurado o primeiro trem de passageiros na Inglaterra e, em 1831, Charles Darwin embarca para a América do Sul a bordo do HMS *Beagle*, cujos estudos geraram a base do seu livro “A origem das espécies”. A indústria começava a transformar o mundo e as relações econômicas internacionais, consolidando a chamada Primeira Revolução Industrial, que mobilizou a mecanização da produção por meio da água e energia a vapor. Abriu-se assim a era da produção em massa com a ajuda da energia elétrica (Segunda Revolução Industrial) e, em seguida, a revolução digital, o uso de eletrônicos e a Tecnologia da Informação para automatizar

ainda mais a produção (Terceira Revolução Industrial) e, conseqüentemente, disseminar o processo de globalização até os dias atuais. Hoje, vivemos a Quarta Revolução Industrial – ou Indústria 4.0 – que engloba o máximo de tecnologias para automação e troca de dados, com o uso de conceitos de Sistemas Ciber-Físicos, Internet das Coisas e Computação em Nuvem.

Assim, não podemos lançar um olhar sobre a perspectiva que teremos da América Latina nos anos por vir, sem nossos sentidos alcançarem os efeitos do processo de globalização em curso. Nesse contexto, a pergunta que faço neste momento é: a América Latina pode assumir um papel de protagonismo e independência no cenário internacional? Parece-me que sim.

Para que isso aconteça, primeiramente, é preciso que as elites dirigentes latino-americanas reconheçam, de uma vez por todas, a inexorabilidade da globalização, um fenômeno irreversível, gostemos dele ou não. Some-se a isso a necessidade de entendimento de uma quadra internacional marcada pelos protecionismos, pela ruptura tecnológica e pelo combate à corrupção. Ademais, há uma série de elementos comuns a todas as regiões do mundo, como a crescente desigualdade, a vulnerabilidade da classe média e a desconfiança das elites políticas que estão configurando um novo processo histórico, além do drama dos refugiados, do fenômeno migratório, do desemprego e das ameaças terroristas pela falta de horizonte para os jovens e pela precária disseminação do conhecimento.

E aqui abro um parêntese para destacar a importância de se reconhecer o papel da globalização dentro desse contexto descrito. No ano 2000, o FMI identificou quatro aspectos básicos da globalização: (1) comércio e transações financeiras; (2) movimentos de capital e de investimento; (3) migração e movimento de pessoas; e (4) a disseminação de conhecimento.

Os dois primeiros aspectos, mais ligados à realidade dos fluxos de comércio e de finanças imposta pela globalização, já estão há muito consagrados e assimilados por praticamente todas as nações do planeta. Hoje, é inimaginável um mundo, total ou parcialmente integrado, sem os movimentos de capital e investimentos gerados pelas transações comerciais e financeiras. Por isso, gostaria de me deter mais aos aspectos e as conseqüências mais recentes e, ao mesmo tempo, mais sensíveis da globalização: o movimento de pessoas e a disseminação do conhecimento.

Francis Bacon foi categórico ao afirmar que “o conhecimento é poder”. A globalização é o resultado maior do encurtamento do espaço e da redução do tempo, fruto do

avanço da tecnologia e da inovação. É, portanto, consequência da conquista de poder pelo conhecimento. Assim, de nada adianta a singela retórica de negá-la ou a teimosa atitude de combatê-la. Afinal, o mundo é tudo o que acontece; é o conjunto dos fatos, não das coisas. Por isso, é imprescindível, sim, entender a globalização em sua integralidade para se adaptar a uma realidade que não mais retrocederá.

Existe um vácuo na globalização em relação ao seu fim maior. É nesse vazio que a política, por meio da governança dos Estados-Nação, e respeitadas as liberdades individuais, deve aparecer, agir e apontar o norte para onde devemos caminhar. Contudo, não é o que vem ocorrendo. Em geral, a política no mundo – sob a lógica dos seus sistemas e sob a ótica dos princípios da democracia – se apequenou e não consegue sequer acompanhar o ritmo desenfreado da economia ditado pela globalização.

Como disse Daniel Bell, os Estados-Nação tornaram-se pequenos demais para os grandes problemas e grandes demais para os pequenos problemas. E a grande prova desta realidade na maioria dos países está nas dificuldades por que passam aqueles a quem chamo de ‘deserdados da globalização’. Se no plano global constatamos o fenômeno das migrações e dos refugiados, no plano local, de cada nação, constatamos o desemprego e as guerras civis. Esses fenômenos de instabilidades cada vez maiores estão correlacionados, em boa medida tendo um como consequência do outro. Se de um lado os conflitos internos geram os fluxos de refugiados, de outro, o desemprego gera as migrações. E nos dois casos, o pano de fundo é a globalização e o não-atendimento às expectativas por ela geradas.

O fato é que, de modo geral, a juventude nos países menos desenvolvidos, como é o caso das nações latino-americanas, está sem rumo, sem perspectiva. A globalização gera expectativas de oportunidades e estilos de vida que nem sempre estão ao alcance da maioria dos jovens. Por uma série de razões, o que se colhe é o desemprego, é a exclusão e a decepção, que se transforma em frustração.

A consequência extrema dessa situação em alguns países é o terrorismo, que está longe de ser uma questão meramente religiosa. Os extremismos se impõem como justificativa para a própria existência, como forma de chamar atenção. Talvez aqui, além dos interesses geopolíticos e financeiros envolvidos, esteja também uma das razões da guerra cibernética, uma das principais ameaças hoje à estabilidade mundial.

Do mesmo modo, o desemprego aparece como a tônica da exclusão social no mercado de trabalho, via de regra por deficiências na formação educacional. Tudo isso gera um

déficit educacional que vai se refletir negativamente em todos setores socioeconômicos dos países, de modo geral, e da América Latina, em particular.

No Brasil mesmo, constatamos cada vez mais esse cenário. Cerca de 1 milhão e 700 mil vagas de emprego ofertadas não são preenchidas por falta de candidatos qualificados (dados de 2009). Numa área essencial do desenvolvimento econômico, a engenharia, por exemplo, temos dados alarmantes: 90% dos nossos municípios não possuem engenheiros em seus quadros funcionais; a evasão dos cursos de engenharia por deficiências no ensino básico atinge 75% nas universidades privadas e 60% nas universidades públicas; enquanto o Brasil, com mais de 200 milhões de habitantes, forma 30 mil engenheiros por ano, a Coreia do Sul, com 50 milhões de habitantes, forma mais de 80 mil. Além disso, dados de 2014 mostram que no Brasil 7,6 milhões de jovens entre 18 e 24 anos concluíram o ensino médio, mas pararam de estudar.

Em outra vertente, constata-se que a globalização gera cada vez mais exigências diferenciadas de formação técnica e profissional para atender às demandas de novos serviços e às ofertas de novas profissões que, em progressão geométrica, surgem ou se renovam em todas as áreas. Sabemos que, hoje, aproximadamente 70% das crianças do ensino básico no mundo irão trabalhar em atividades e profissões que ainda não existem. A previsão é de que, em 20 anos, 70% dos empregos atuais vão desaparecer. Exemplo clássico dessa dinâmica é o que ocorreu com a Kodak, empresa de filmes e máquinas fotográficas. Em 1998, ela possuía 170 mil funcionários e vendia 85% do papel fotográfico no mundo. Em apenas três anos, o seu modelo de negócio foi extinto e a empresa desapareceu. Da mesma forma, nos próximos anos, e num ritmo cada vez maior, novos *softwares* vão impactar a maioria dos negócios e nenhuma área de atividade estará a salvo das mudanças que virão. É como já ocorre hoje em virtude de *sites*, redes sociais e aplicativos como *Google*, *Facebook*, *Uber* e tantos outros. Estudo recente da Organização Mundial do Comércio (OMC) mostra que 80% dos empregos perdidos nas economias avançadas se dão em virtude de inovações tecnológicas, e apenas algo em torno de 20% se dão pela concorrência de produtos importados. Nos países em desenvolvimento, como os da América Latina, essa relação 80% x 20% tende a ser pior ainda em função do baixo nível de escolaridade. Por isso, boa parte das questões relativas aos fluxos migratórios e à globalização que hoje se constata no mundo é resultado de tensões trabalhistas e desemprego.

Somam-se a esse quadro os excluídos do universo digital, aqueles que sequer possuem acesso à internet por falta de condições ou por déficit na universalização da banda larga. No mundo globalizado, em que somente o comércio eletrônico movimentava hoje cerca de

25 trilhões de dólares por ano, a inclusão digital torna-se componente decisivo para a produção e comercialização de qualquer país. Nesse sentido, basta dizer que estudo do Banco Mundial estima que um aumento de 10% no acesso à internet por parte da população criaria um aumento do PIB de 1% a 2%. Isso tudo sem falar na importância do papel que hoje exercem as redes sociais, não só como instrumento de integração e mobilização, mas também no aspecto de seu uso para fins comerciais, sociais e políticos.

Senhoras e Senhores, como se vê, a exclusão provocada pela globalização torna o cenário no mundo sombrio e, particularmente na América Latina, imprevisível. Mas também nos mostra um norte e nos revela uma certeza: não há mais como desconsiderar a premente necessidade de inclusão social dos deserdados da globalização.

Por isso, devemos lutar por menos nacionalismos e mais multilateralismos; por menos protecionismos e mais abertura; por menos isolacionismos e mais integração; por menos ideologias e mais pragmatismo; por menos retórica imatura e mais diálogo responsável. Para tanto, as nações precisam se livrar das amarras do passado, do atraso e do preconceito, notadamente naquelas regiões que ainda estão por construir um futuro mais desenvolvido e mais igualitário, como é o caso de continentes como a América Latina e a África.

E é justamente nessas regiões, pela proximidade geográfica – ainda que separadas por um oceano que, na verdade, nos une e nos aproxima –, pelos laços históricos que as nutrem e pelo futuro que almejam, que se torna fundamental o debate permanente visando à aproximação de suas nações. Não tenho dúvidas quanto à disposição de boa parte dos países da América Latina neste propósito.

Portanto, Senhoras e Senhores, reconhecer a totalidade desse ambiente globalizado é o ponto de partida para que a América Latina exerça, com menor dependência das grandes potências, um maior protagonismo no mundo. Feito isso, é preciso verificar quais são os interesses convergentes de suas nações, suas vantagens comparativas e como tirar melhor proveito delas para influir no cenário internacional a seu favor. Ou seja, buscar especialização e complementariedade. Nesse sentido, a integração regional e a política de blocos assumem especial relevo. Isso porque, juntas, suas nações são fortes, mas separadas tornam-se fracas e vulneráveis.

Contudo, seria ingenuidade supor que uma política de blocos poderia confrontar diretamente as potências hegemônicas. Mas podemos, sim, usar o *soft power*, como diria Joseph Nye, e influir no cenário internacional pontualmente, barganhando a nosso favor em pontos que nos sejam vitais, cedendo em alguns pontos e avançando em outros, tal qual procurei fazer

quando exerci a Presidência da República do Brasil, priorizando alguns temas, como o desarmamento, os direitos humanos e o meio ambiente. Assim, gradualmente, iremos ganhando terreno entre os principais *players* do mundo globalizado.

Aqui, permitam-me mencionar as diretrizes da política externa durante meu governo. Naquela ocasião, afirmei que *“uma das tônicas do Brasil moderno há de ser a participação ativa nas decisões internacionais. Não por pretensão de hegemonia (...), mas porque, hoje, a interdependência exige que todo ato de governo seja uma permanente combinação de variáveis internas e externas”*.

O momento era de construção de novas regras de conduta globais, formalizadas em regimes internacionais, como aqueles que nasceram da Cúpula da Criança, em 1990, e da Conferência do Rio, em 1992. A janela de oportunidade encontrava-se aberta para que países médios, como o Brasil, com um diferencial ligado a algum tema específico, exercessem o *soft power* e promovessem uma integração competitiva. Foi nesse sentido que, como presidente da República, assinei com o governo da Argentina acordo de não-proliferação de armas nucleares, químicas e bacteriológicas de destruição de massa, pondo fim ao um antigo contencioso do subcontinente. Esse acordo é, até hoje, considerado um modelo pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Hoje, decorridos 25 anos do término do meu governo, essa visão ainda continua válida, haja vista que a globalização avança a passos largos, e a integração econômica se configura como uma importante via para que nossos países assumam uma ação coordenada no cenário internacional. Aliado a isso, a busca pelo protagonismo em temas como direitos humanos e meio ambiente pode ser um diferencial no qual o continente latino-americano se esforce para oferecer ao mundo.

Especificamente quanto ao Mercosul, é importante frisar que estamos falando de uma população de 305 milhões de habitantes, ou seja, 70% da população da América do Sul, movimentando um PIB de US\$ 3 trilhões, equivalente à quinta economia mundial! Por contraste, o segundo maior bloco da América Latina, a Aliança do Pacífico – Chile, Colômbia, México e Peru – possui um PIB combinado de US\$ 1,9 trilhão. Destaco que o comércio interno no Mercosul cresceu de US\$ 4 bilhões em 1990, para US\$ 108 bilhões em 2015, o que por si só evidencia a força da integração e da cooperação econômica.

Apesar desse incrível salto, em termos de volume comercial, ainda resta muito por fazer. Na linha do *soft power*, o Mercosul possui um grande potencial para atuar no mercado de alimentos e *commodities* em geral, mas, para entrar nas cadeias produtivas globais, precisamos aumentar nossa eficiência. Dou aqui um pequeno exemplo: o *Índice de Competitividade do Fórum Econômico Mundial 2016* aponta que os membros da Aliança do Pacífico ocupam a posição 53 entre 138 países, enquanto os membros do Mercosul estão na posição 101; no *Doing Business Index 2016*, do Banco Mundial, a Aliança para o Pacífico aparece no lugar 48, e o Mercosul no 123.

Um importante passo no sentido de melhorar a eficiência e a competitividade da região foi dado no ano 2000, com a criação da *Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana* (IIRSA), cujo objetivo é diminuir custos de transporte e circulação de mercadorias, visando o aumento dos níveis de exportação intra e extra regionais. Em 2016 eram cerca de 581 projetos em andamento, com volume de investimento estimado da ordem de US\$ 192 bilhões.

Vale lembrar que nem tudo se resume a resultados econômicos no Mercosul. Uma de suas principais metas, firmadas desde o início, foi pavimentar o retorno da região para a democracia. Todos os países membros emergiram de ditaduras nos anos 1980 e, em 1998, assinaram o *Protocolo de Ushuaia de Comprometimento Democrático*, pelo qual a ruptura na ordem democrática constitui causa para a suspensão de um país membro.

Além do Mercosul, gostaria de citar algumas iniciativas importantes do ponto de vista regional contemporâneo. Começo pela *União das Nações Sul-Americanas* (Unasul) – bloco que reúne 12 países, fundado em 2008, e que tem como objetivo construir um espaço de integração dos povos sul-americanos, a partir da articulação em torno de áreas estruturantes, como energia e infraestrutura, e da coordenação de posições políticas. A criação da Unasul faz parte de processo recente de superação da desconfiança que havia entre os países sul-americanos desde os movimentos de independência, no século XIX.

Destaco ainda o *Acordo de Parceria Transpacífico* (TPP), firmado em 2015 por 12 países do Pacífico, sendo três latino-americanos – Chile, Peru e México – que tem, como seus principais objetivos a integração econômica entre os países-membros; a criação de regras comuns de propriedade intelectual; a padronização das leis trabalhistas; o desenvolvimento de ações ambientais comuns; e o aumento dos investimentos internos do bloco. Cabe ressaltar que

os Estados Unidos participaram da fundação do bloco, durante a gestão do Presidente Barak Obama. Ao assumir a Casa Branca, o Presidente Donald Trump assinou uma ordem executiva retirando os Estados Unidos do bloco.

Existem outras entidades de cunho integracionista na América Latina, que vale a pena citar por sua importância histórica. É o caso da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi); do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA); da Comunidade e Mercado Comum do Caribe (CARICOM) e, ainda, da instituição, em 1968, do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).

Como a política interna não pode ser desarticulada da política internacional, o Brasil tem procurado se expandir geopoliticamente. Um exemplo foi a criação do chamado BRICS, uma associação política de países emergentes, integrada por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul e que começou de fato em 2009. Além de buscar futuros acordos comerciais e ter uma variedade relativamente ampla de gestos cooperativos intragovernamentais, essas nações atuam em conjunto, por meio de reuniões anuais, como contrapeso geopolítico ao protagonismo dos Estados Unidos e da União Europeia. Em que pese a real constatação de inúmeras assimetrias entre os membros do BRICS, principalmente nos campos da economia e da política, os países vêm conseguindo trabalhar, contra todas as previsões da comunidade internacional, para fortalecer sua cooperação, unificar suas posições nos foros mundiais e consolidar sua institucionalização. Entre seus integrantes, o bloco possui três potências nucleares: Rússia, Índia e China. Assim, o peso do Brasil está exatamente no exercício do seu *soft power*. Esta seria a grande contribuição, dentre outras, que o país estaria dando para a consolidação do BRICS e, ainda, para representar a América Latina no jogo do poder entre as potências do planeta.

Senhoras e Senhores, seja no Mercosul, no BRICS ou na Unasul, a América Latina não pode perder de vista os rumos para onde caminham o progresso e o desenvolvimento. No passado, dominaram as potências mercantilistas e industriais. Hoje, época em que vivemos a chamada Indústria 4.0, o que vai determinar os países que serão os líderes ainda no século XXI será o maior ou menor grau de atenção para as tendências que se esboçam diante de nós: Nanotecnologia, Internet das Coisas, Algoritmos, Computadores Quânticos, Inteligência Artificial, Robótica, entre outras, tudo isso evidentemente numa perspectiva sustentável e global.

Não me parece possível que a América Latina alcance êxito nessa inserção no cenário internacional sem buscar uma maior aproximação com a África. Nesse sentido, as

relações com o Marrocos assumem uma importância mais do que especial, sobretudo a partir do reinado de Sua Majestade o rei Mohammed VI.

O Marrocos é, por assim dizer, a porta de entrada dos países latino-americanos para o mundo árabe e para a África. Temos uma herança cultural comum, que data do tempo em que os árabes ocuparam a Península Ibérica. Ademais, as densas relações comerciais de Marrocos com a União Europeia podem servir de acesso dos produtos latino-americanos àquele mercado.

Outro ponto favorável: Marrocos possui acordos comerciais com diversos blocos econômicos. Cito, por exemplo, o *Acordo de Livre Comércio Marrocos-Estados Unidos*, que entrou em vigor em 2006, o *Acordo de Associação com a União Europeia*, que entrou em vigor no ano 2000 e o *Acordo Quadro Mercosul-Marrocos*, assinado durante a visita do rei Mohammed VI a Brasília, no final de 2004, similar ao assinado com a África do Sul (2000) e com o Egito (2004). O Reino possui também diversos outros acordos de cooperação firmados tanto com a Argentina, quanto com o Brasil, o que tende a incrementar as relações entre esses países.

Além da integração regional, outra questão que a América Latina enfrenta quando se trata de seu futuro é a persistência de alguns problemas de fronteiras que sempre possuem um relativo potencial de instabilidade e, portanto, essencial para ser resolvido pela diplomacia e pelas negociações pacíficas. Penso no contencioso e nas discussões que existem, por exemplo, entre a Colômbia e a Venezuela, entre o Chile e a Bolívia, entre o Chile e o Peru, entre a Venezuela e a Guiana ou entre a Guiana e o Suriname.

Não poderia, enfim, deixar de mencionar a questão de Guantánamo, em Cuba, que passou a ser uma possessão norte-americana em 1898 e hoje é usada como campo de detenção de prisioneiros da “guerra do terror”, iniciada em 2001 pelo então Presidente George W. Bush. Esse é um ponto de tensão permanente entre os dois países.

4. Considerações Finais

Senhoras e Senhores, reservei para este momento a resposta à pergunta que formulei no início desta exposição, e que é o tema mesmo desta conferência: *A América Latina e o horizonte da globalização – Percurso de navegantes ou de naufragos?*

Como já mencionei, a situação na América Latina sempre sofreu os efeitos dos interesses das grandes potências, desde o seu descobrimento pelos espanhóis, no século XV. Ela jamais teve força política para impor sua vontade no cenário internacional, a não ser em algumas questões pontuais. Se antigamente a correlação de forças era dada sobretudo pelo poderio militar, atualmente a economia, o conhecimento e a inovação desempenham um papel mais importante. A interligação de mercados levou a um curioso fenômeno que é o fato de os países envolvidos nesse processo comercial evitarem conflitos armados para não prejudicarem seus negócios recíprocos. Nesse sentido, a globalização poderia ser um caminho para a paz e passar a representar ou, mais do que isso, significar a verdadeira convivência internacional. Se dependesse apenas de poderio militar, a América Latina estaria fadada a continuar a reboque das grandes potências, mas a globalização oferece uma oportunidade de transformar a região num dos principais *players* do século XXI, acentuando sua capacidade de *soft power*.

Para que isso aconteça, precisamos, na América Latina, encontrar líderes que saibam perceber as tendências da modernidade, para onde avança o mundo.

Não podemos ser ingênuos, e acreditar que as grandes potências estão dispostas a abrir mão do seu espaço. Nós, latino-americanos, precisamos vislumbrar as oportunidades que estão diante de nós e nos prepararmos para elas. E a globalização é uma grande onda de oportunidades, mas se não estivermos preparados, ela pode se transformar num *tsunami* devastador, e aí sim correremos o risco de nos tornarmos náufragos.

Nesse sentido, lembro as palavras de Alvin Toffler, para quem “*a única esperança de escapar da miséria [e reduzir as desigualdades] é habilitar as pessoas para que elas produzam mais, e isso só vai acontecer com a difusão do conhecimento*”.

Para a América Latina, um caminho possível nessa direção é, sem dúvida, o da biotecnologia, uma alternativa de investimento muito mais barata do que um programa espacial ou mesmo a siderurgia, por exemplo. Esta é uma oportunidade especial para a América Latina, que poderia formar um consórcio voltado ao desenvolvimento de biotecnologia. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem um reconhecido *know-how* nessa área e muito poderia contribuir nesse sentido.

Todos os aspectos básicos da globalização estão colocados à mesa: fluxos comerciais e transações financeiras, movimentos de capital, de investimentos e de pessoas e,

ainda, a disseminação de conhecimento. Além disso, os desafios ambientais, como a mudança climática, a poluição do ar e o excesso de pesca nos oceanos, estão ligados à globalização. Por sua vez, o crescimento da importância das novas tecnologias – como um fenômeno mundial – ameaça aumentar o já gigantesco abismo que nos separa dos países desenvolvidos.

São esses os fatores para os quais precisamos estar preparados. Como discorri ao longo de minha exposição, a América Latina vem passando por um processo de abertura econômica e integração, desde o início dos anos 1990, em paralelo com a democratização de suas instituições políticas, em meio a crises e turbulências. Felizmente, o terrorismo – embora atuante em outras regiões do mundo – não é uma ameaça constante à paz e à estabilidade da região, embora suscite preocupações. O acordo de paz firmado entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Farc talvez seja o símbolo mais marcante dessa nova era na América Latina.

Senhoras e Senhores, o primeiro passo já foi dado.

Agora, resta-nos aprofundar esses caminhos, ou seja, avançar rumo à integração com países da região e também com países emergentes, para aproveitar as vantagens comparativas que possuímos e somar forças no jogo do poder internacional. Ao mesmo tempo, precisamos fazer com que nossos países se tornem cada vez mais atrativos para os investimentos de longo prazo, em setores que nos sejam prioritários, a exemplo do que fizeram os Tigres Asiáticos e a própria China, que se transformou na grande fornecedora de produtos industrializados da atualidade. Isso requer estabilidade política e segurança jurídica, o que exige nossa permanente atenção.

Assim, no caso da América Latina, a superação de seus obstáculos está na integração entre os povos, na drástica redução das desigualdades, na efetividade da educação universalizada e na eficácia do desenvolvimento sustentável. No momento, esse é o papel ao mesmo tempo básico e inovador do continente latino-americano.

Ao encerrar, Senhoras e Senhores, gostaria de lembrar Montaigne, ao afirmar que (abro aspas) “o mundo não passa de um balanço perene.” Sendo assim, entre trilhas pela esquerda e atalhos pela direita, o desafio é encontrar o caminho do equilíbrio e a centralidade do pêndulo.

A América Latina, portanto, parece estar no rumo certo. Se seremos náufragos, ou navegantes, o futuro dirá.

Muito obrigado a todos!

AMÉRICA LATINA



Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL



